

Estado envia à Alesp projeto que cria Olimpíadas do Conhecimento

Proposta busca ampliar participação de estudantes da rede estadual em competições

O Governo de São Paulo encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei que institui o Programa Olimpíadas do Conhecimento SP, iniciativa vinculada à Secretaria da Educação do Estado que busca consolidar as competições acadêmicas como política pública permanente. A proposta tem como objetivo ampliar a participação dos estudantes da rede estadual em olimpíadas científicas e tecnológicas, além de fortalecer o aprendizado com foco na excelência acadêmica e na melhoria dos indicadores educacionais.

O projeto formaliza ações que já vêm sendo realizadas pela rede estadual e que, apenas em 2024 e 2025, mobilizaram mais de 4 milhões de alunos, com cerca de 500 mil estudantes premiados nesse período. A iniciativa é voltada a estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio e busca estimular o desenvolvimento de competên-

cias cognitivas e socioemocionais por meio da cultura científica, do engajamento com desafios acadêmicos e do incentivo à superação individual.

A seleção para participação nas olimpíadas ocorre com base no desempenho escolar dos estudantes. Atualmente, são convidados para competições como a Olimpíada de Matemática das Escolas Estaduais de São Paulo e a Olimpíada Interpreta SP os alunos com melhor desempenho em matemática e língua portuguesa na Prova Paulista, considerando os resultados obtidos ao longo dos primeiros bimestres do ano letivo.

Com a proposta, o Governo pretende institucionalizar esse modelo, garantindo continuidade às ações ao longo dos próximos anos e consolidando uma política estruturada de incentivo ao desempenho acadêmico. A estratégia segue a linha de outros programas educacionais do



Projeto de Lei formaliza ações que mobilizaram mais de 4 milhões de alunos em 2024 e 2025

estado, voltados à ampliação de oportunidades, à recomposição da aprendizagem e ao fortalecimento da trajetória escolar dos estudantes da rede pública.

Além das competições, o programa prevê o fortalecimento das chamadas Escolas Olímpicas e das Aulas Olímpicas, atividades de preparação realizadas no contraturno escolar, muitas vezes aos sábados, com foco no aprofundamento do conhecimento em áreas como matemática e linguagens. Essas iniciativas funcionam como espaços de estímulo ao raciocínio lógico, à interpretação de textos e ao desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, disciplina e criatividade.

Outro eixo importante do projeto é a oferta de materiais didáticos específicos, apoio pedagógico contínuo e formação para professores, garantindo que as escolas tenham suporte adequa-

do para preparar os estudantes e ampliar o alcance das ações. Também está prevista a valorização dos alunos com melhor desempenho, com mecanismos de reconhecimento ao longo dos ciclos das olimpíadas, incentivando o protagonismo estudantil.

A proposta ainda autoriza a realização de parcerias com instituições públicas e privadas, tanto para apoio técnico quanto pedagógico e financeiro, ampliando o alcance do programa e permitindo sua expansão em diferentes regiões do estado. Essa articulação também abre espaço para novas metodologias de ensino e para a troca de experiências entre diferentes redes e instituições.

Ao transformar as Olimpíadas do Conhecimento em política de Estado, a iniciativa busca não apenas incentivar a participação em competições, mas também criar referências acadêmicas positivas dentro das escolas públicas e estimular uma cultura de

valorização do conhecimento. A proposta reforça a ideia de que o ambiente escolar pode ser um espaço de descoberta de talentos, incentivo ao esforço intelectual e construção de trajetórias educacionais mais ambiciosas.

Agora, o projeto segue para análise dos deputados estaduais. Caso seja aprovado, o programa passa a ter caráter permanente, garantindo continuidade às ações e ampliando o alcance das olimpíadas científicas como ferramenta estratégica de aprendizagem, engajamento e melhoria do desempenho educacional.

A expectativa é que, com a institucionalização do programa, mais estudantes passem a participar das competições ao longo dos próximos anos, ampliando o alcance da iniciativa. A medida também deve contribuir para elevar os índices de desempenho educacional e estimular o interesse dos alunos por áreas do conhecimento estratégicas.

São Paulo registra um dos menores índices de adolescentes com título de eleitor no país

São Paulo registra um dos menores índices de participação de adolescentes no eleitorado brasileiro, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral compilados pelo Unicef. No estado, apenas 11,7% dos jovens de 16 e 17 anos possuem título de eleitor, percentual bem abaixo da média nacional, que é de cerca de 20,3%.

Em números absolutos, o cenário também chama atenção. São aproximadamente 1,19 milhão de adolescentes nessa faixa etária em São Paulo, mas menos de 139 mil estão aptos a votar. O dado evidencia um desafio significativo para ampliar o engajamento político entre os jovens paulistas, especialmente em um dos estados mais populosos do país.

O voto para adolescentes

de 16 e 17 anos é facultativo no Brasil, o que ajuda a explicar, em parte, a baixa adesão. Ainda assim, especialistas apontam que o índice reduzido reflete também um distanciamento dessa parcela da população em relação à participação política formal.

O contraste é ainda mais evidente quando comparado a estados das regiões Norte e Nordeste, onde a adesão de jovens ao eleitorado é significativamente maior. Em algumas dessas localidades, mais de 30% dos adolescentes já possuem título de eleitor, com destaque para Rondônia, que lidera o ranking nacional.

No cenário nacional, o Brasil conta com cerca de 5,8 milhões de adolescentes entre 16 e 17 anos, mas apenas cerca de 1,8 milhão haviam tirado o tí-



Tânia Rêgo/Agência Brasil

A participação é bem abaixo da média nacional entre jovens

tulo de eleitor até fevereiro. Na prática, isso significa que apenas dois em cada dez jovens estão aptos a votar.

Diante desse cenário, campanhas têm sido intensificadas

para estimular a participação juvenil. O Unicef, em parceria com o TSE, lançou uma mobilização nacional com ações em escolas e nas redes sociais para incentivar os adolescentes a exercerem o

direito ao voto e se envolverem nas decisões que impactam seu futuro.

O prazo para emissão, regularização ou transferência do título de eleitor segue até 6 de maio. A expectativa é que, até lá, mais jovens em São Paulo busquem o documento e ampliem a participação nas próximas eleições, reduzindo a distância em relação à média nacional e fortalecendo o engajamento cívico no estado.

Apesar do cenário atual, especialistas avaliam que há espaço para avanço, especialmente com ações de educação cívica e incentivo ao protagonismo juvenil. A ampliação do acesso à informação e o engajamento nas escolas são apontados como caminhos para aproximar os jovens do processo democrático.